



Processo eletrônico nº 8610.2023/0002599-5

EMPRESA DE CINEMA E AUDIOVISUAL DE SÃO PAULO S.A.

SPCINE

EDITAL Nº 09/2023/LPG-SPCINE

(RETIFICADO)

LEI PAULO GUSTAVO

**APOIO AOS
CURSOS TÉCNICOS E CRIATIVOS DO AUDIOVISUAL**

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. DEFINIÇÕES.....	3
3. OBJETIVO.....	5
4. RECURSOS FINANCEIROS.....	5
5. ENTREGA FINAL.....	6
6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.....	6
7. IMPEDIMENTOS.....	6
8. PROCEDIMENTOS DE INSCRIÇÃO.....	7
9. PROCESSO SELETIVO.....	10
10. HABILITAÇÃO.....	13
11. CONTRATAÇÃO COM A SPCINE.....	13
12. FORMA DE PAGAMENTO.....	15
13. DIREITOS DA SPCINE.....	15
14. CONTRAPARTIDA.....	18
15. CRÉDITOS E APLICAÇÃO DAS MARCAS.....	18
16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	18
17. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	20

Na página do índice: Pressione **Ctrl** e **clique** sobre o item para ir direto à página.

No corpo do documento: Pressione **Ctrl** e **clique** sobre o item para retornar ao índice.

1. INTRODUÇÃO

1.1. A **EMPRESA DE CINEMA E AUDIOVISUAL DE SÃO PAULO S.A. - SPCINE** (“**SPCINE**”), tendo em vista a autorização contida no processo eletrônico nº 8610.2023/0002599-5 e considerando o Decreto Municipal nº 62.827/2023 e a Portaria Conjunta 2023/SMC-SPCINE, torna público seu **EDITAL DE APOIO AOS CURSOS TÉCNICOS E CRIATIVOS DO AUDIOVISUAL** que receberá inscrições a partir do dia 16 de outubro de 2023 até às 18 horas do dia 30 de outubro de 2023.

1.2. Este **EDITAL** observa e conta com mecanismos para alcance das metas propostas na **POLÍTICA AFIRMATIVA** da **SPCINE** para promoção da diversidade e redução da desigualdade étnico-racial e de gênero no acesso às políticas públicas de apoio e fomento ao setor audiovisual, conforme Portaria nº 02/2021/**SPCINE**.

Parágrafo único. Este **EDITAL** reserva, pelo menos 50% (cinquenta por cento) das vagas, para pessoas beneficiárias das **POLÍTICAS AFIRMATIVAS**, em relação ao total de vagas de ampla concorrência, de acordo com as diretrizes estabelecidas neste **EDITAL**.

1.3. As **PROPONENTES** às quais se destinam este processo de habilitação e contratação deverão obedecer às condições e exigências estabelecidas neste **EDITAL** bem como, no que couber, ao disposto na Lei Complementar nº 195/2022, no Decreto Federal nº 11.525/2023, na Lei Federal nº 13.303/2016 e subsidiariamente e no que couber na Lei Federal nº 10.406/2002, na Lei Municipal nº 13.278/2002, no Decreto Municipal nº 62.100/2022 e Decreto Federal nº 11.453/2023, além das demais disposições legais e regulamentares porventura aplicáveis.

2. DEFINIÇÕES

2.1. Para fins deste **EDITAL**, entende-se que:

- I. “**COMISSÃO JULGADORA**”: é a comissão composta por, no mínimo, 03 (três) profissionais de notória atuação no setor audiovisual estabelecida pela **SPCINE** com o objetivo de selecionar os **PROJETOS**, respeitando as condições previstas neste **EDITAL**.
- II. “**CONTRATO SPCINE**”: é o instrumento jurídico a ser formalizado entre a **SPCINE** e a **PROPONENTE**.
- III. **CURSO**: ações formativas de especialização técnica e criativa para o setor audiovisual, com o escopo de capacitação e qualificação de estudantes e profissionais do mercado que buscam aperfeiçoamento e aquisição de novas habilidades para o setor, a ser ofertado de forma gratuita ao público geral.
- IV. **CURSO TÉCNICO**: ação de formação relacionada ao aprimoramento de profissionais interessados em especialização de cursos voltados aos aspectos técnicos da produção da obra audiovisual, tais como produção, gestão de projetos, som, figurino, dublê, maquiagem, câmera, iluminação, direção de arte, animação, pós-produção, entre outros.

Processo eletrônico nº 8610.2023/0002599-5

- V. **CURSO CRIATIVO:** ação de formação relacionada ao aprimoramento de profissionais interessados em especialização de cursos voltados aos aspectos criativos de desenvolvimento da obra audiovisual, tais como direção, roteiro, cinematografia e produção.
- VI. **“EDITAL”:** é o presente instrumento, incluindo seus anexos.
- VII. **“INDÍGENA”:** é a pessoa de origem e ascendência pré-colombiana que se autodeclara e é identificada como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais a distinguem da sociedade nacional, em consonância ao artigo 3º, I, da Lei Federal nº 6.001/1973 (Estatuto do Indígena).
- VIII. **“MULHER”:** para fins de aplicação das **POLÍTICAS AFIRMATIVAS** da **SPCINE**, é a pessoa que se identifica com o gênero feminino independente do gênero ao qual foi designada em seu nascimento (mulher cis e mulher trans).
- IX. **“PESSOA CIS”:** é o indivíduo que se apresenta ao mundo e se identifica com o seu gênero biológico. Por exemplo, se foi considerada do sexo feminino ao nascer, usa nome feminino e se identifica como uma pessoa deste gênero, esta é uma mulher "cis", a mesma definição se enquadra para o homem “cis”.
- X. **“PESSOA COM DEFICIÊNCIA”:** é a pessoa que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, conforme o artigo 2º da Lei Federal nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- XI. **“PESSOA TRANS”:** é a pessoa que não se identifica com o gênero ao qual foi designada em seu nascimento.
- XII. **“POLÍTICAS AFIRMATIVAS”:** é o conjunto de diretrizes para o alcance de metas de acessibilidade que objetivam a promoção da diversidade e redução da desigualdade étnico-racial e de gênero no acesso às políticas públicas de apoio e fomento ao setor audiovisual.
- XIII. **“PROJETO”:** é a formalização, através de documentos e informações apresentados à **SPCINE**, referentes à inscrição e participação na forma deste **EDITAL**.
- XIV. **“PROPONENTE”:** é a **PESSOA JURÍDICA** legalmente constituída (portadora de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica-CNPJ), podendo ser Microempreendedor Individual (MEI) sediada no município de São Paulo há pelo menos 02 (dois) anos, com objeto cultural e/ou educacional com trajetória em ações formativas no setor audiovisual.

a) Será admitida também como **PROPONENTE** a Associação com escopo de atuação indígena sediada no Estado de São Paulo.

“RECURSO”: é a premiação financeira a que os **PROJETOS** selecionados fazem jus após assinatura do **CONTRATO**.

- XV. **“REDE AFIRMATIVA DA SPCINE”:** A Rede Afirmativa **SPCINE** é composta por instituições e eventos que atuam com recorte de raça e gênero, além de profissionais que receberam

Processo eletrônico nº 8610.2023/0002599-5

pontuação nas políticas afirmativas em programas e editais realizados pela **SPCINE**. Essas pessoas fazem parte de uma rede de profissionais que recebem e realizam ações em conjunto com a **SPCINE** como viagens para eventos relacionados ao mercado audiovisual, programas de formação online e presenciais e cursos disponibilizados pelas contrapartidas de eventos patrocinados pela **SPCINE**.

- XVI. **“SOCIALMENTE NEGRO”**: é o indivíduo que apresenta características fenotípicas de pessoa negra (preto ou pardo) que assim seja socialmente reconhecida, não sendo suficiente apenas sua identificação pessoal e subjetiva.

3. OBJETIVO

3.1. Este **EDITAL** tem como objetivo apoiar financeiramente, de forma não exclusiva, **PROPONENTES** para realização de **CURSOS TÉCNICOS** e **CRIATIVOS**, divididas em 02 (dois) **MÓDULOS**:

I. **MÓDULO 1: PROPONENTES** entre 2 (dois) a 8 (oito) anos de atuação. Aporte para até 6 (seis) **PROJETOS** no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) cada.

II. **MÓDULO 2: PROPONENTES** com no mínimo 9 (nove) anos de atuação. Aporte para até 6 (seis) **PROJETOS** no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) cada.

Parágrafo único: para ambos os **MÓDULOS** os **PROJETOS** devem propor ações formativas gratuitas.

3.2. O **PROPONENTE** deverá, obrigatoriamente, optar por apenas 01 (um) dos **MÓDULOS** supracitados por inscrição (ANEXO 01), respeitando o limite de inscrição de até 02 (dois) **PROJETOS**, conforme itens 8.2 e 8.3 deste **EDITAL**. Será desconsiderada a terceira ou demais inscrições, caso o **PROPONENTE** inscreva mais de 02 (dois) **PROJETOS**.

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Esta **LINHA DE AÇÃO** disponibilizará R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais) para este **EDITAL**.

§1º. Deste total, o valor destinado ao:

a) **MÓDULO 1** está limitado a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).

b) **MÓDULO 2** está limitado a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).

§2º O **RECURSO** será concedido a título de premiação financeira.

§3º Não havendo **PROJETOS** suficientes inscritos ou contemplados em qualquer um dos módulos, os recursos sobressalentes poderão ser remanejados entre estes, conforme decisão da **COMISSÃO JULGADORA**, respeitada a ordem classificatória dos **PROJETOS**.



MINISTÉRIO DA
CULTURA



Processo eletrônico nº 8610.2023/0002599-5

§4º Os recursos para atendimento deste **EDITAL** são oriundos da Lei Complementar nº 195/2022 – Lei Paulo Gustavo.

§5º Caso haja redução ou dotação orçamentária suplementar para este **EDITAL**, haverá publicação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, sendo certo que em caso de modificação orçamentária será respeitada a ordem classificatória dos **PROJETOS**.

5. ENTREGA FINAL

5.1. A **PROPONENTE** contemplada deverá entregar à **SPCINE** no prazo máximo de 12 (doze) meses a contar do recebimento do **RECURSO**:

I. Relatório de execução cultural, conforme ANEXO 12.

II. Relatório financeiro do uso do **RECURSO** para execução do **PROJETO**, preenchida de acordo com o ANEXO 08.

III. Relatório de Formação: relatório detalhado sobre a proposta aprovada com resultados de inscritos, implementação das ações formativas com dados quantitativos e qualitativos sobre conteúdo e público-alvo, política afirmativa, impacto alcançado no aprimoramento profissional e inserção de mercado, taxa de evasão e pesquisa de satisfação discente.

§1º O prazo que trata a cláusula 5.1, *caput*, deste **EDITAL** poderá ser prorrogado 01 (uma) vez por até 06 (seis) meses, a exclusivo critério da **SPCINE**, se devidamente justificado o pedido.

§2º Eventuais prorrogações dos prazos de execução prescindem de aditamento contratual e despacho autorizatório, bastando-se para tanto aval expresso da **SPCINE** registrado no respectivo processo administrativo.

§3º A entrega dos documentos listados no item 5.1 deverá ser feita por meio de correspondência eletrônica para o endereço lpg@spcine.com.br, com identificação do **PROJETO** e do **EDITAL** no campo “Assunto”, sem prejuízo de sua entrega em via física, a critério da **SPCINE**.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. A inscrição neste **EDITAL** deve ser realizada pela **PROPONENTE**, conforme definição no inciso XIV do item 2.1.

6.2. É vedada a substituição da **PROPONENTE**, salvo nos casos de cisão, fusão ou incorporação, quando poderá ser admitida a troca desta pela nova pessoa jurídica resultante de um desses processos de reorganização empresarial, desde que haja anuência da **SPCINE** em relação à alteração contratual subjetiva e sejam observados os limites de **PROJETOS** previstos neste **EDITAL**, bem como preservadas as condições do **CONTRATO SPCINE**.

7. IMPEDIMENTOS

Processo eletrônico nº 8610.2023/0002599-5

7.1. Estão impedidas de participar do processo de contratação a **PROPONENTE**.

I. Que não estejam em dia com suas obrigações contratuais anteriores perante a Administração Pública Municipal direta ou indireta, incluindo a **SPCINE**.

II. Cujos sócios, administradores, diretores ou empregados com poder dirigente forem:

a) Servidores ou empregados públicos, ocupantes de cargos ou funções efetivas, eletivas ou em comissão, vinculados direta ou indiretamente à Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo ou à **SPCINE**, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros, parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau.

b) Membros dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, de qualquer esfera de governo.

c) Que incidam nas hipóteses de impedimento previstas no artigo 38 da Lei Federal nº 13.303/2016.

7.2. A contratação que incida nas hipóteses de impedimento ou que não atenda às condições de participação poderão ser impugnadas a qualquer tempo.

8. PROCEDIMENTOS DE INSCRIÇÃO

8.1. A inscrição neste processo seletivo pressupõe a prévia e integral aceitação das normas deste **EDITAL**, incluindo o conteúdo dos anexos.

8.2. Cada **PROPONENTE** poderá realizar a inscrição de até 02 (dois) **PROJETOS**, sendo 01 (um) **PROJETO** em cada **MÓDULO**, no entanto só poderá ser contemplada com 01 (um) **PROJETO**. Será desconsiderada a terceira ou demais inscrições, consideradas em ordem cronológica, caso a **PROPONENTE** inscreva mais de 02 (dois) **PROJETOS**.

§1º Não haverá limite de inscrições para Associações com escopo de atuação indígena, desde que os **PROJETOS** sejam diferentes entre si e não fragmentados.

§2º O **PROJETO** poderá concorrer em apenas uma das categorias de vagas reservadas.

§3º No formulário online disponível no momento da inscrição a **PROPONENTE** deverá indicar se irá concorrer as vagas reservadas e em qual categoria, assim como deverá preencher essas informações no Formulário de Inscrição (ANEXO 01). A não indicação implicará concorrência pela lista de ampla concorrência.

8.3. As inscrições são gratuitas e deverão ser realizadas exclusivamente através do sistema de inscrição <https://leipaulogustavo.prefeitura.sp.gov.br/> que estará aberto a partir do dia 16 de outubro de 2023 até às 18 horas do dia 30 de outubro de 2023. O **EDITAL** e seus **ANEXOS** poderão ser encontrados nos links dentro da aba de cada **EDITAL** respectivo.

8.4. É necessário anexar a seguinte documentação obrigatória (via *upload*):

I. Ficha de Inscrição (ANEXO 01).

Processo eletrônico nº 8610.2023/0002599-5

II. Cadastro como MEI, Contrato ou Estatuto Social atualizado da **PROPONENTE**, devidamente registrado no órgão competente.

III. Comprovante de Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da **PROPONENTE**.

IV. Declaração da **PROPONENTE** de adimplência, de atendimento das condições de participação e de não incidência nas hipóteses de impedimento (ANEXO 02).

V. Declaração da **PROPONENTE** de que é sediada no Município de São Paulo, (ANEXO 03).

VI. Proposta de acessibilidade conforme item 13 **ACESSIBILIDADE**.

VII. Plano de Trabalho: a **PROPONENTE** deverá apresentar um plano detalhado de ações formativas contendo, número de pessoas a serem impactadas, cronograma, título, se **CURSO TÉCNICO** ou **CURSO CRIATIVO**, local onde ocorrerão as formações, professores, programação detalhada com módulos, critérios de inscrição e proposta de ações afirmativas da **PROPONENTE** para discentes e docentes, considerando o perfil do curso.

VIII. Plano de ações afirmativas para o **CURSO**.

IX. Portfólio da **PROPONENTE** - comprovação de experiência com mínimo de 2 anos no campo audiovisual ou 9 anos e histórico de ações afirmativas, se houver.

X. Orçamento detalhado dos custos do **CURSO**.

XI. Para **PROJETOS** que concorrerão nas categorias de reserva das **POLÍTICAS AFIRMATIVAS** neste **EDITAL**, proceder conforme solicitado no ANEXO 07. Os documentos de inscrição para fins das **POLÍTICAS AFIRMATIVAS** da **SPCINE**, assim como os documentos a serem utilizados para comprovação de atendimento das **POLÍTICAS AFIRMATIVAS** neste **EDITAL** se encontram nos itens 1 e 2 do ANEXO 07.

8.5. Não serão aceitas modificações ou substituições de dados e de anexos ao **PROJETO** depois de finalizada a inscrição, exceto quanto ao disposto no item 10.1.

8.6. A **SPCINE** não se responsabiliza por eventuais congestionamentos no sistema de inscrição *online*, cabendo à **PROPONENTE** a devida prudência para realização dos atos necessários em tempo hábil.

8.7. A **SPCINE** não fornecerá cópias dos **PROJETOS** inscritos ou divulgará informações destes, mantendo-as sob sigilo e apenas as divulgando para os membros da **COMISSÃO JULGADORA** para os fins exclusivos de análise e seleção, para os membros da Comissão de aferição conforme item 9, ou as informações mínimas necessárias à publicidade legal.

§1º Sem prejuízo do disposto no *caput* a confidencialidade abrange, entre outros, os documentos protegidos por direitos de autor ou direitos conexos, bem como os documentos que revelem segredo relativo à propriedade literária, artística, industrial ou científica, segredos

Processo eletrônico nº 8610.2023/0002599-5

técnicos ou comerciais, aspectos confidenciais dos **PROJETOS** e quaisquer outras informações cujo conteúdo possa ser usado para distorcer a concorrência ou prejudicar os direitos da **PROPONENTE** no processo de avaliação ou posteriormente.

§2º Em hipótese de requisição de acesso aos documentos por autoridade judicial ou administrativa, em especial pelas instâncias de controle interno ou externo, a **SPCINE** fornecerá a documentação requisitada pela autoridade com a informação de sigilo e confidencialidade sobre a mesma.

8.8. Ao efetuarem a inscrição neste **EDITAL** as interessadas se declaram cientes e concordam que os dados cadastrados, inclusive os dados pessoais e sensíveis, serão públicos e acessíveis por parte de qualquer pessoa ou entidade interessada no acompanhamento do certame, na forma do art.26, §1º, III, da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados-LGPD), respeitados os dados sigilosos referentes ao **PROJETO** conforme descrito no item 8.7.

§1º As interessadas desde logo expressamente consentem com o tratamento e uso compartilhado dos dados cadastrados, por parte da **SPCINE**, necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres.

§2º O uso compartilhado de dados pessoais por parte da **SPCINE** atenderá exclusivamente a finalidades específicas de execução de políticas públicas e atribuição legal de seus departamentos na forma da Lei Municipal nº 15.929/2013 e demais normas regulamentares e finalidades deste próprio **EDITAL**, respeitados os princípios de proteção de dados pessoais elencados no art.6º da LGPD, podendo ser usados em especial para a coleta de dados estatísticos do setor audiovisual na cidade de São Paulo por meio do Observatório **SPCINE** para análise de perfil de profissionais do setor audiovisual, estatísticas de empregabilidade, formação etc. garantida, sempre que possível, a anonimização de dados pessoais.

§3º Considerando que os dados cadastrados serão de acesso público e irrestrito por qualquer interessada no acompanhamento do certame, a **SPCINE** em nenhuma hipótese será responsável por eventual utilização dos dados por terceiros para finalidade diversa daquela prevista para sua própria utilização nos termos do §2º acima. A interessada desde logo se declara ciente e concorda que a **SPCINE** não imporá qualquer limitação de acesso por parte de terceiros aos dados cadastrados.

§4º Ficam resguardados os direitos da titular dos dados na forma do Capítulo III da LGPD. A interessada poderá exercer os direitos de acesso, retificação, cancelamento e oposição através do e-mail lpg@spcine.com.br.

§5º Na hipótese de eventual solicitação de eliminação ou restrição de dados pela titular tornar inócua a sua inscrição neste **EDITAL**, a **SPCINE** poderá promover a inabilitação da **PROPONENTE**.

8.9. Nenhuma documentação remetida à **SPCINE** será devolvida.



MINISTÉRIO DA
CULTURA



Processo eletrônico nº 8610.2023/0002599-5

8.10. Serão desconsiderados documentos além daqueles dispostos neste **EDITAL**.

8.11. Seguirão para a fase de seleção todos os **PROJETOS** inscritos, cuja verificação de adequação documental (habilitação) será realizada oportunamente em momento posterior à seleção

Parágrafo único. Se a documentação de inscrição apresentada estiver incompleta ou em desacordo com o exigido neste **EDITAL** de maneira a inviabilizar a correta análise e pontuação do **PROJETO**, o mesmo poderá ter a pontuação do respectivo critério afetado zerada, a critério da **COMISSÃO JULGADORA**, sem prejuízo da eventual inabilitação na fase oportuna.

9. PROCESSO SELETIVO

9.1. Os **PROJETOS** inscritos serão avaliados por uma **COMISSÃO JULGADORA** que analisará o mérito artístico e cultural e pontuará conforme os seguintes critérios:

- I. Potencial de inovação e aprimoramento profissional proposto para o mercado audiovisual. (00 a 10 pontos)
- II. Proposição de inserção de ações afirmativas no **PROJETO** para discentes e docentes ligados a **PROPONENTE**, bem como descentralização territorial das atividades do **CURSO**. (00 a 10 pontos)
- III. Trajetória da **PROPONENTE** na implementação de ações afirmativas nas atividades de formação da **PROPONENTE**. (00 a 10 pontos)
- IV. Orçamento adequado e viabilidade técnica do **CURSO**. (00 a 10 pontos)

§1º As notas poderão ser fracionadas em 0,5 (meio) ponto.

§2º A nota dada por cada membro da **COMISSÃO JULGADORA** será o cálculo da soma das notas de cada critério.

§3º A nota do **PROJETO** será definida mediante o resultado da média aritmética das notas dos membros da **COMISSÃO JULGADORA**.

§4º É estabelecida como nota de corte a metade da pontuação máxima possível, ou seja, 20 (vinte) pontos. **PROJETOS** que não atingirem a nota de corte poderão ser desconsiderados para seleção a critério da **COMISSÃO JULGADORA**.

§5º Havendo notas finais iguais, o desempate será promovido pelos seguintes critérios, nesta ordem:

- I. Pela melhor pontuação seguindo a seguinte ordem dos critérios do item 9.1, II, I, III e IV.
- II. Permanecendo o empate, a **COMISSÃO JULGADORA** será responsável pelo desempate.

9.2. Serão contemplados até 12 (doze) **PROJETOS**, por ordem de classificação, sendo 6 (seis) em cada



MINISTÉRIO DA
CULTURA



Processo eletrônico nº 8610.2023/0002599-5

MÓDULO, e respeitando as reservas dispostas no item 9.3 deste **EDITAL**. Os **PROJETOS** classificados na sequência serão considerados suplentes.

Parágrafo único. Cada **PROPONENTE** poderá vir a ser contemplada(o) em apenas 01 (um) **PROJETO** neste **EDITAL**.

9.3. Para fins das **POLÍTICAS AFIRMATIVAS** da **SPCINE**, serão reservados 06 (seis) **PROJETOS** conforme as seguintes categorias, respeitando-se a classificação dos **PROJETOS**:

I. 02 (dois) **PROJETOS** para **PROPONENTE** optante pela categoria de reserva **SOCIALMENTE NEGRO**.

II. 01 (um) **PROJETO** para **PROPONENTE** optante pela categoria de reserva **MULHER**.

III. 01 (um) **PROJETO** para **PROPONENTE** optante pela categoria de reserva **INDÍGENA**.

IV. 01 (um) **PROJETO** para **PROPONENTE** optante pela categoria de reserva **PESSOAS TRANS**.

V. 01 (um) **PROJETO** para **PROPONENTE** optante pela categoria de reserva **PESSOA COM DEFICIÊNCIA**.

§1º Fará jus à concorrência das vagas reservadas pelas **POLÍTICAS AFIRMATIVAS** a **PROPONENTE** que atenda aos requisitos dos itens 8.2 e Item 2 do **ANEXO 07** de **POLÍTICAS AFIRMATIVAS** deste **EDITAL**.

§2º A definição da reserva não impede a seleção de **PROJETOS** nestas condições em quantidade maior do que a mínima reservada.

9.4. O resultado será publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo.

§1º A publicação dos resultados será realizada em listas distintas: uma para ampla concorrência de cada **MÓDULO** e outra para cada categoria de vagas reservadas, independentemente do **MÓDULO**.

§2º A lista de ampla concorrência de cada **MÓDULO** será destinada à pontuação e classificação de todos os **PROJETOS**, incluindo aqueles que concorrem pelas vagas reservadas. As demais listas serão destinadas à classificação específica dos **PROJETOS** que concorrem pelas categorias de vagas reservadas, independentemente do **MÓDULO**.

§3º Caso um **PROJETO**, originalmente listado como reservado, obter pontuação para classificar na lista de ampla concorrência, este será considerado classificado nesta última. Isso resultará na liberação da sua vaga na lista reservada, que será preenchida por um novo **PROJETO**, conforme os critérios estabelecidos neste **EDITAL**, de acordo com a ordem classificatória (primeiro suplente, segundo suplente e assim sucessivamente). Simultaneamente, o último **PROJETO** classificado na lista geral não optante por qualquer categoria de reserva será movido para a lista de suplentes.

§4º Caso não haja **PROJETOS** inscritos em número suficiente para ocupar as vagas reservadas, as

Processo eletrônico nº 8610.2023/0002599-5

vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência preenchidas pelos demais **PROJETOS** inscritos, seguindo a ordem de classificação estabelecida.

9.5. Da classificação caberá um único recurso, devidamente fundamentado e preenchido com as razões de discordância, conforme formulário de apresentação de recurso (ANEXO 09), no prazo de 03 (três) dias corridos a contar do primeiro dia útil subsequente à publicação da decisão no Diário Oficial da Cidade de São Paulo.

I. O recurso só poderá ser encaminhado para o endereço eletrônico recurso.lpg.ed9@spcine.com.br até às 18:00 horas do último dia do prazo acima indicado, com RECURSO EDITAL 9/2023, nome da **OBRA** e da **PROPONENTE** no campo “Assunto”.

II. A tempestividade do recebimento da documentação será comprovada através do horário de envio do correio eletrônico pela **PROPONENTE**.

III. O Anexo deverá ser encaminhado via correspondência eletrônica devidamente digitalizado, assinado e datado, em formato *Portable Document Format* (PDF).

9.6. Os **PROJETOS** selecionados após fase de avaliação que tiverem pleiteado algum tipo de categoria de reserva passarão, na fase de contratação com a **SPCINE**, pelo procedimento de aferição documental e/ou procedimento de aferição de autodeclaração de pertencimento racial nos conformes dos Itens 2 e 3, do ANEXO 07 das **POLÍTICAS AFIRMATIVAS**.

9.7. Após conclusão dos procedimentos de aferição citados no item 9.6:

I. Se houver mudanças de pontuação e classificação dos **PROJETOS** em razão do procedimento de aferição nova lista classificatória será divulgada pela **SPCINE** no Diário Oficial da Cidade de São Paulo com a indicação dos **PROJETOS** retirados da categoria de reserva e as razões de retirada.

a) Da publicação da lista caberá um único recurso, devidamente fundamentado e preenchido com as razões de discordância, conforme formulário de apresentação de recurso (ANEXO 09), no prazo de 03 (três) dias corridos a contar do primeiro dia útil subsequente à publicação da decisão no Diário Oficial da Cidade de São Paulo.

a.1) O recurso só poderá ser encaminhado para o endereço eletrônico recurso.lpg.ed9@spcine.com.br até às 18:00 horas do último dia do prazo acima indicado, com RECURSO EDITAL 9/2023, nome da **OBRA** e da **PROPONENTE** no campo “Assunto”

a.2) A tempestividade do recebimento da documentação será comprovada através do horário de envio do correio eletrônico pela **PROPONENTE**.

a.3) O ANEXO deverá ser encaminhado via correspondência eletrônica devidamente digitalizado, assinado e datado, em formato *Portable Document Format* (PDF).

Processo eletrônico nº 8610.2023/0002599-5

II. Se não houver qualquer mudança de pontuação e classificação dos **PROJETOS** a **SPCINE** seguirá com a contratação, sem necessidade de nova publicação e mantendo-se a ordem classificatória da fase de seleção conforme já anteriormente publicada.

10. HABILITAÇÃO

10.1. A etapa de habilitação consiste na conferência dos documentos, itens e informações exigidas na inscrição a fim de que as **PROPONENTES** selecionadas comprovem possuir os requisitos exigidos neste **EDITAL** e a inscrição de cada **PROJETO** selecionado seja habilitada.

§1º Verificada eventual incompletude ou inadequação de documentos passível de saneamento, objetivando a amplitude de concorrência no certame e em respeito ao princípio do formalismo moderado, a **SPCINE** convocará via correspondência eletrônica as **PROPONENTES** nesta situação para respectiva adequação, no prazo de 03 (três) dias corridos, sob pena de inabilitação.

§2º Não são consideradas falhas passíveis de saneamento a não apresentação dos documentos exigidos no momento da inscrição ou a apresentação de documentos em branco.

§3º Serão inabilitadas as inscrições cujas **PROPONENTES** não tenham cumprido todas as exigências estabelecidas neste **EDITAL**.

§4º Poderá ocorrer a inversão da fase de habilitação e seleção para situações em que a falha a ser saneada tenha o condão de afetar diretamente as condições de participação ou concorrência do respectivo **PROJETO**.

10.2. A **SPCINE** publicará no Diário Oficial da Cidade de São Paulo lista com as inscrições inabilitadas e os motivos da inabilitação.

10.3. A **PROPONENTE** que tiver sua inscrição inabilitada poderá apresentar recurso através do preenchimento do formulário de apresentação de recurso (ANEXO 09), no prazo de 03 (três) dias corridos a contar do primeiro dia útil subsequente à publicação do motivo de inabilitação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo.

I. O recurso só poderá ser encaminhado para o endereço eletrônico recurso.lpg.ed9@SPCINE.com.br até às 18:00 horas do último dia do prazo acima indicado, com RECURSO EDITAL 9/2023, nome da **OBRA** e da **PROPONENTE** no campo "Assunto".

II. A tempestividade do recebimento da documentação será comprovada através do horário de envio do correio eletrônico pela **PROPONENTE**.

III. O Anexo deverá ser encaminhado via correspondência eletrônica devidamente digitalizado, assinado e datado, em formato *Portable Document Format* (PDF).

10.4. O resultado da apreciação dos recursos interpostos será publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo.

11. CONTRATAÇÃO COM A SPCINE

Processo eletrônico nº 8610.2023/0002599-5

11.1. A **PROPONENTE** deverá estar adimplente com suas obrigações trabalhistas, previdenciárias, tributárias e acessórias perante a Administração municipal e federal no momento da contratação com a **SPCINE**.

11.2. A **PROPONENTE** terá o prazo de até 05 (cinco) dias corridos, a contar do primeiro dia útil subsequente à publicação do resultado da habilitação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, para reunir as condições de contratação e apresentar a documentação necessária para contratação com a **SPCINE** (ANEXO 10).

11.3. Após averiguada procedente as condições de contratação da **PROPONENTE**, aqueles do **PROJETO** que pleitearam alguma categoria de reserva passarão pelos procedimentos de aferição conforme item 9.6 deste **EDITAL**, e itens 2 e 3 do ANEXO 07 das **POLÍTICAS AFIRMATIVAS**.

11.4. A **SPCINE** assinará o **CONTRATO SPCINE** com a **PROPONENTE** após procedimentos de aferição, condicionado à comprovação de suas condições de regularidade jurídica, trabalhista, previdenciária, tributária e acessória mediante apresentação da documentação necessária para contratação da **SPCINE** (ANEXO 10).

11.5. A autenticidade dos documentos apresentados que não forem originais ou cópias autenticadas por cartório será atestada mediante apresentação de declaração assinada pelo responsável legal da **PROPONENTE**, nos seguintes termos:

Declaro para os devidos fins que as cópias apresentadas são fiéis aos documentos originais reproduzidos, responsabilizando-me pessoalmente por esta declaração, sob penade violação aos artigos 298 e 299 do Código Penal.

11.6. Os documentos apresentados deverão estar dentro do prazo de validade na ocasião da contratação e do repasse do **RECURSO SPCINE**.

Parágrafo único. Nos casos em que certificados, declarações, registros e certidões não tenham prazo de validade declarado no próprio documento e não conste previsão em legislação específica, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses a contar da data de sua expedição.

11.7. A documentação necessária para contratação com a **SPCINE** (ANEXO 10) deverá ser entregue devidamente digitalizada através de correspondência eletrônica para o endereço contrato.lpg.ed9@spcine.com.br, com CONTRATAÇÃO EDITAL 9/2023, nome da **OBRA** e da **PROPONENTE** no campo "Assunto", sem prejuízo de sua entrega em via física, a critério da **SPCINE**.

Parágrafo único. A tempestividade do recebimento da documentação será comprovada através da data de envio do correio eletrônico pela **PROPONENTE**.

11.8. Os **PROJETOS** serão inabilitados para contratação nos seguintes casos:

I. Se a **PROPONENTE** não apresentar os documentos exigidos neste **EDITAL** no prazo concedido, em qualquer das fases.

II. Se apurado algum impedimento, suspensão administrativa e/ou a **PROPONENTE** não esteja



MINISTÉRIO DA
CULTURA



Processo eletrônico nº 8610.2023/0002599-5

em dia com eventual prestação de contas ou obrigações de **PROJETOS** anteriormente apoiados pela Secretaria Municipal de Cultura ou pela **SPCINE**.

§1º. Eventual inabilitação será publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo.

§2º. Contra a inabilitação caberá apresentação de recurso junto à **SPCINE**, através do preenchimento de formulário de apresentação de recurso (ANEXO 09), no prazo de 03 (três) dias corridos a contar do primeiro dia útil subsequente ao da publicação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo.

I. O recurso só poderá ser encaminhado para o endereço eletrônico recurso.lpg.ed9@spcine.com.br até às 18:00 horas do último dia do prazo acima indicado, com RECURSO EDITAL 7/2023, nome da **OBRA** e da **PROPONENTE** no campo "Assunto".

II. A tempestividade do recebimento da documentação será comprovada através do horário de envio do correio eletrônico pela **PROPONENTE**.

III. O Anexo deverá ser encaminhado via correspondência eletrônica devidamente digitalizado, assinado e datado, em formato *Portable Document Format* (PDF).

11.09. A **SPCINE** poderá solicitar à **PROPONENTE**, a qualquer tempo, outros documentos que entenda necessários a fim de complementar a documentação já apresentada.

Parágrafo único. Em hipótese de documentos sigilosos a **PROPONENTE** deverá garantir à **SPCINE** o acesso, ao menos, às informações relevantes necessárias para contratação ou apuração de obrigações e direitos derivados da contratação.

11.10. A **PROPONENTE**, ao assinar o **CONTRATO SPCINE**, fica responsável pela execução operacional, gerencial e financeira do **PROJETO**.

12. FORMA DE PAGAMENTO

12.1. O **RECURSO** será pago como premiação financeira através de depósito bancário em parcela única, exclusivamente no Banco do Brasil, em conta corrente de titularidade da **PROPONENTE**.

12.2. A premiação financeira deverá ser contabilizada como receita da **PROPONENTE**, estando sujeita à incidência tributária conforme legislação aplicável, em especial o Imposto de Renda. A **PROPONENTE** deverá oportunamente efetuar o recolhimento tributário de acordo com a sua natureza jurídica e correspondente forma de apuração e recolhimento tributário.

13. ACESSIBILIDADE

13.1. Considerando os termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, bem como, Decreto nº 11.525, de 11 de maio de 2023 e Instrução Normativa MINC nº 5, de 10 de agosto de 2023, o **PROJETO**, a iniciativa ou o espaço que concorra em seleção pública oferecerá medidas de acessibilidade arquitetônica, comunicacional e atitudinal compatíveis com as características dos



MINISTÉRIO DA
CULTURA



Processo eletrônico nº 8610.2023/0002599-5

produtos resultantes do objeto, de modo a contemplar:

I - nas medidas de acessibilidade arquitetônica: recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação, palcos e camarins;

II - nas medidas de acessibilidade comunicacional: recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo **PROJETO**, pela iniciativa ou pelo espaço;

III - nas medidas de acessibilidade atitudinal: a contratação de profissionais sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de **PROJETOS** culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.

13.2. São considerados recursos de:

I - acessibilidade arquitetônica:

- a) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas, inclusive em palcos e camarins;
- b) piso tátil;
- c) rampas;
- d) elevadores adequados para pessoas com deficiência;
- e) corrimãos e guarda-corpos;
- f) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;
- g) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;
- h) assentos para pessoas obesas;
- i) iluminação adequada;
- j) demais recursos que permitam o acesso de pessoas com mobilidade reduzida, idosas e pessoas com deficiência;

II - Acessibilidade comunicacional:

- a) Língua Brasileira de Sinais - Libras;
- b) sistema Braille;
- c) sistema de sinalização ou comunicação tátil;
- d) audiodescrição;

Processo eletrônico nº 8610.2023/0002599-5

- e) legendas para surdos e ensurdecidos;
- f) linguagem simples;
- g) textos adaptados para software de leitor de tela; e
- h) demais recursos que permitam uma comunicação acessível para pessoas com deficiência;

III - acessibilidade atitudinal:

- a) capacitação de equipes atuantes nos **PROJETOS** culturais;
- b) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;
- c) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e
- d) outras medidas que visem à eliminação de atitudes capacitistas.

13.3. Os recursos a serem utilizados em medidas de acessibilidade estarão previstos nos custos do **PROJETO**, da iniciativa ou do espaço, desde a sua concepção, assegurados, para essa finalidade, no mínimo, dez por cento do valor do **PROJETO**, nos termos do art. 15 do Decreto nº 11.525, de 2023.

§ 1º A utilização do percentual mínimo de dez por cento de que trata o caput pode ser excepcionalmente dispensada quando:

- I - for inaplicável em razão das características do objeto cultural; ou
- II - quando o **PROJETO** já contemplar integralmente as medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto cultural.

§ 2º Para **PROJETOS** cujo objeto seja a produção de longas-metragens, séries e telefilmes, consideram-se integralmente cumpridas as medidas de acessibilidade, nos termos do inciso II do § 1º, quando a produção contemplar legendagem, **LEGENDAGEM DESCRITIVA, LIBRAS e AUDIODESCRIÇÃO**.

13.4. Os materiais de divulgação dos produtos culturais resultantes do **PROJETO**, da iniciativa ou do espaço cultural serão disponibilizados em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterão informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados, nos termos do § 3º do art. 14 do Decreto nº 11.525, de 2023.

§1º Caso o **PROJETO** se enquadre na exceção prevista no § 1º, II e § 2º do Item 13.3., ainda deverá apresentar proposta de acessibilidade na inscrição.

§2º Na impossibilidade de propor novas ideias de acessibilidade, a proposta deve conter, no mínimo, as ações básicas, que são as mesmas que isentam o **PROJETO** da utilização de um percentual mínimo de dez por cento, para fins de coleta, análise e tratamento de dados.

Processo eletrônico nº 8610.2023/0002599-5

13.5. A **PROPONENTE** deverá apresentar **PROPOSTA DE ACESSIBILIDADE** no momento da inscrição e discorrerá sobre sua execução no relatório de execução cultural na entrega final.

14. CONTRAPARTIDA

14.1. Em conformidade com o art. 12 do Decreto nº 11.525, de 11 de maio de 2023, os destinatários dos recursos previstos no art. 3º oferecerão contrapartida social no prazo e nas condições pactuadas com o gestor de cultura do Estado, do Distrito Federal ou do Município, incluída obrigatoriamente a realização de exposições gratuitas dos conteúdos selecionados, assegurados a acessibilidade de grupos com restrições e o direcionamento à rede de ensino da localidade.

14.2 O(A) **PROPONENTE** deverá destinar no mínimo 10% (dez por cento) de vagas no **CURSO** aos credenciados na **REDE AFIRMATIVA DA SPCINE**.

15. CRÉDITOS E APLICAÇÃO DAS MARCAS

15.1. Os **PROPONENTES** selecionados pelos editais de audiovisual da **SPCINE** devem mencionar o Governo Federal, o Ministério da Cultura, a Secretaria Municipal de Cultura da Cidade de São Paulo e a **SPCINE** em todo material de divulgação e comunicação. As logomarcas devem ser inseridas com a chancela Apoio, seguindo o padrão de identidade visual específico para a Lei Paulo Gustavo. Todo o material de divulgação e comunicação produzido pelo **PROPONENTE** deve ser aprovado pela Comunicação da **SPCINE** com no mínimo 10 (dez) dias corridos de antecedência, através do e-mail comunicacao@spcine.com.br para que seja garantida a correta utilização das marcas.

16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. O inadimplemento, inexecução ou infração total ou parcial deste **EDITAL**, do **CONTRATO SPCINE** ou da legislação aplicável à espécie sujeitará a **PROPONENTE**, sem prejuízo de eventual indenização por perdas e danos apurados judicial ou administrativamente, às sanções estabelecidas na legislação aplicável, em especial no artigo 83 da Lei Federal nº 13.303/2016 bem como, conforme o caso, à rescisão do **CONTRATO SPCINE** com a necessidade de restituição da integralidade do **RECURSO** devidamente corrigido.

16.2. As sanções poderão ser aplicadas na seguinte conformidade:

I. Advertência, limitada a 04 (quatro) durante o prazo de vigência do **CONTRATO SPCINE**, para infrações que não prejudiquem a adequada execução do objeto do **CONTRATO SPCINE**.

a) Atingida a quarta advertência, a infração subsequente ensejará multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor do **RECURSO**. A partir do atingimento do limite, novas infrações ensejarão diretamente a aplicação da multa.

II. Pela inexecução total do **CONTRATO SPCINE** que resulte conseqüentemente em não realização do **PROJETO** conforme aprovado, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do **RECURSO**, sem prejuízo da rescisão do contrato e eventual devolução dos **RECURSOS**.

Processo eletrônico nº 8610.2023/0002599-5

a) A multa prevista neste item poderá ser dispensada se restituído integralmente o **RECURSO**, devidamente atualizado a partir da data de recebimento, no prazo previsto.

III. Pelo atraso injustificado e não autorizado na entrega de quaisquer elementos previstos neste **EDITAL**, multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor do **RECURSO**.

a) A multa será aplicada constatado o atraso inicial e sucessivamente por cada 10 (dez) dias de atraso.

b) Atingido o limite de 60 (sessenta) dias de atraso, poderá ser considerada a inexecução total ou parcial do objeto contratual, com a possibilidade de rescisão do **CONTRATO SPCINE**, sem prejuízo dos demais consectários legais aplicáveis.

IV. Por inexecução parcial ou infração a qualquer cláusula do **CONTRATO SPCINE**, do **EDITAL** ou das disposições legais e regulamentares aplicáveis, multa de 02% (dois por cento) sobre o valor do **RECURSO**.

V. Inabilitação para estabelecimento de qualquer forma de ajuste com a **SPCINE** pelo prazo de 02 (dois) anos e somente enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja promovida a reabilitação perante a **SPCINE**, que será concedida após ressarcimento pelos prejuízos resultantes.

a) A pena de inabilitação somente será aplicada se eventuais multas aplicadas com base nos incisos anteriores não forem pagas e se descumprida a obrigação de devolução do **RECURSO**, em hipótese de rescisão contratual.

16.3. As sanções previstas são independentes e podem ser aplicadas cumulativamente, conforme o caso.

16.4. A aplicação de qualquer sanção poderá ensejar rescisão contratual por parte da **SPCINE**, com a possível obrigatoriedade de devolução do **RECURSO** devidamente atualizado.

Parágrafo único. Na hipótese de rescisão contratual motivada por caso fortuito ou força maior devidamente comprovada e apresentada prestação de contas parcial do quanto já realizado poderá, a exclusivo critério da **SPCINE**, ser admitida execução parcial do **CONTRATO SPCINE**, com a eventual necessidade de devolução proporcional do **RECURSO**, seja sobre saldo não utilizado ou, se já inteiramente utilizado, sobre parcelas não cumpridas do **CONTRATO SPCINE**.

16.5. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá da responsabilidade por eventuais perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

16.6. O prazo para pagamento das multas ou da devolução do **RECURSO** devidamente corrigido será de 30 (trinta) dias a contar da notificação da **SPCINE**, aplicando-se a multa prevista no item 16.2, III, em caso de atraso.

16.7. Eventuais valores devidos e não pagos ensejarão a inscrição no CADIN municipal e demais consectários legais aplicáveis, como inscrição do débito em dívida ativa e cobrança judicial dos

Processo eletrônico nº 8610.2023/0002599-5

valores.

16.8. As sanções serão aplicadas observando-se os procedimentos legais, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

16.9. A **PROPONENTE** responderá perante a **SPCINE** por qualquer infração e pelas penalidades decorrentes.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. A comunicação da **SPCINE** a respeito dos **PROJETOS** e **PROPONENTES** concorrentes será realizada pelo Diário Oficial da Cidade de São Paulo, sendo de exclusiva responsabilidade destas o acompanhamento deste meio de comunicação, acessível em formato eletrônico através do link <http://www.docidadesp.imprensaoficial.com.br/Busca.aspx>.

17.2. Para contagem dos prazos estabelecidos neste **EDITAL** são adotados os critérios a seguir estabelecidos, à exceção dos prazos expressamente dispostos neste instrumento:

- I. Todos os prazos se iniciarão no primeiro dia útil subsequente ao da publicação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo.
- II. Caso o último dia do prazo não seja dia útil, será prorrogado até o primeiro dia útil subsequente.
- III. Considera-se dias úteis, para fins deste **EDITAL**, os dias em que houver expediente pleno na Administração Pública do Município de São Paulo.
- IV. Considera-se o fuso horário de Brasília/DF, Brasil, para contagem de dias e horas.

17.3. Os documentos e declarações a serem encaminhados são de exclusiva responsabilidade da **PROPONENTE** não acarretando qualquer responsabilidade civil ou criminal para a **SPCINE** ou seus funcionários, especialmente quanto às certidões apresentadas, direitos autorais, responsabilidade civil e encargos trabalhistas.

Parágrafo único. Caso seja detectada alguma falsidade nas informações e/ou documentos apresentados, os **PROJETOS** serão desclassificados ou os **CONTRATOS** rescindidos, aplicando-se as sanções cabíveis.

17.4. A **SPCINE** poderá revogar a qualquer tempo este **EDITAL**, no todo ou em parte, em especial na hipótese de inviabilidade de execução da Lei Paulo Gustavo nos prazos previstos, por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, devendo anulá-lo por ilegalidade de ofício ou mediante provocação de terceiro, através de manifestação escrita e fundamentada, sem que possa ser invocada a obrigação de indenizar quaisquer prejuízos a qualquer interessado.

Processo eletrônico nº 8610.2023/0002599-5

17.5. Esclarecimentos sobre o presente **EDITAL** serão prestados pela **SPCINE** através do e-mail duvidas.lpg.ed9@spcine.com.br.

17.6. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o presente **EDITAL**, devendo fazê-lo pessoalmente ou via correspondência eletrônica encaminhada para o endereço lpg@spcine.com.br devendo conter no “Assunto” a identificação do **EDITAL** e dainteressada.

§1º Eventuais impugnações deverão ser encaminhadas devidamente digitalizadas, datadas e assinadas pela interessada, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis antes do término das inscrições.

§2º Eventuais impugnações deverão ser encaminhadas até as 18:00 horas do último dia do prazo previsto.

§3º A tempestividade dos prazos será considerada a partir da data e hora de envio da impugnação pela **PROPONENTE**.

17.7. Os casos omissos não previstos neste **EDITAL** serão dirimidos pela Diretoria da **SPCINE**.

17.8. Integram o presente **EDITAL** todas as instruções, observações e restrições contidas nos seus anexos:

ANEXO 01 – FICHA DE INSCRIÇÃO

ANEXO 02 – DECLARAÇÃO DA **PROPONENTE** DE ADIMPLÊNCIA, DE ATENDIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DE NÃO INCIDÊNCIA NAS HIPÓTESES DE IMPEDIMENTO

ANEXO 03 – DECLARAÇÃO DA **PROPONENTE** DE QUE É SEDIADA NO MUNICÍPIO OU ESTADO DE SÃO PAULO NO CASO DE ASSOCIAÇÕES INDÍGENAS

ANEXO 04 – MODELO DE AUTODECLARAÇÃO DO QUADRO SOCIETÁRIO OU MEI

ANEXO 05 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ETNIA E DE VÍNCULO COM COMUNIDADE INDÍGENA DO(A) SÓCIO(A) DO QUADRO SOCIETÁRIO OU MEI

ANEXO 06 – DECLARAÇÃO DE USO DE NOME SOCIAL

ANEXO 07 - DOCUMENTOS E PROCEDIMENTOS PARA FINS DAS **POLÍTICAS AFIRMATIVAS SPCINE**

ANEXO 08 – MODELO DE RELATÓRIO FINANCEIRO DO **PROJETO**

ANEXO 09 – FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE RECURSO

ANEXO 10 – DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA CONTRATAÇÃO DA **SPCINE**

ANEXO 11 – MINUTA DE CONTRATO **SPCINE**

ANEXO 12 - MODELO DE RELATÓRIO DE EXECUÇÃO CULTURAL

17.9. A **SPCINE** poderá a qualquer momento do processo solicitar das inscritas dados adicionais referentes aos agentes culturais e/ou aos **PROJETOS** inscritos, em relatório próprio padronizado, para fins de coleta de dados de execução da Lei Paulo Gustavo nos termos da Instrução Normativa nº 06/2023/MINC.



Processo eletrônico nº 8610.2023/0002599-5

17.10. Fica eleito o foro da cidade de São Paulo/SP, com a ressalva de eventuais demandas que possuam foro necessário ou especial em outras Comarcas, para dirimir quaisquer questões ou pendências oriundas do presente **EDITAL**.

São Paulo, 11 de outubro de 2023

Viviane Ferreira
Diretora Presidente
Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo S.A.